

Entrevista/João Pedro Gouvêa Vieira

“A estabilidade política do Brasil depende da estabilidade dos preços”

Um dos controladores do terceiro maior complexo empresarial do país — o grupo Ipiranga — e presidente do conselho de administração de corporações do porte da Sul-América de Seguros ou do Banco Francês-Brasileiro, João Pedro Gouvêa Vieira, 74 anos, não gosta de ser chamado de empresário. Muito embora de seus conselhos dependam negócios que movimentam receitas anuais da ordem de 1,1 bilhão de dólares, como é o caso da Ipiranga.

Ele também não fica satisfeito quando lhe tratam como um político experiente, apesar de ter ocupado por diversas vezes uma cadeira no Senado Federal, no período de 1962 a 1971. Eleito, para surpresa de muitos, pelo antigo PTB. Gouvêa Vieira conside-

ra-se, acima de tudo, um advogado. Por sinal, dono de uma das mais bem conceituadas bancas de advocacia da cidade, especializado em direito empresarial e muito solicitada por empresas estrangeiras.

Foi por causa de experiências em ramos tão variados que o empresário-ex-político, professor e advogado foi requisitado, no final do ano passado, para participar da Comissão Afonso Arinos que elaborou uma série de sugestões para a futura Constituição brasileira. Foi em razão destas variadas experiências que os subeditores de economia do JORNAL DO BRASIL, Arnaldo César e Rui Xavier, procuraram Gouvêa Vieira, na semana passada, para debater os rumos da economia do país diante de um novo momento político.

JORNAL DO BRASIL: Por que os empresários, tanto os nacionais quanto os estrangeiros, estão com medo da Assembleia Nacional Constituinte?

GOUVÊA VIEIRA: Pela primeira vez no Brasil será feita uma constituição a partir do nada. A primeira constituição da República, por exemplo, nasceu de um anteprojeto elaborado por Rui Barbosa. Sabia-se antecipadamente o que os constituintes da época iriam debater. O mesmo aconteceu com a constituição de 1934. O presidente Getúlio Vargas criou uma comissão presidida pelo Afrânio de Mello Franco, que também fez um anteprojeto e foi sobre ele que os constituintes trabalharam. A de 1946 foi fruto de uma reação ao Estado Novo. Todos sabiam, antecipadamente, que ela seria bastante liberal. A de 1967, foi o Castelo Branco que mandou o anteprojeto para o Congresso. A Assembleia Nacional Constituinte, que será eleita agora, terá maior liberdade de escolha. Ela não vai trabalhar em cima de qualquer anteprojeto que o governo possa mandar. Vai atuar com base nas diferenças pessoais de cada congressista e no consenso que daí puder sair.

Por isso, acho muito difícil alguém prever as linhas gerais que sairão da futura constituição. Até mesmo o projeto da comissão Afonso Arinos causou muitas surpresas.

JB: Essa situação de indefinição e temor vai se prolongar por quanto tempo?

GV: Os investimentos industriais no país estão contidos por dois aspectos: Um é de ordem econômica, em função de todas as dificuldades que o governo vai enfrentar no início do ano que vem. Ele não esclareceu ainda, por exemplo, se irá ou não detonar o “gatilho” salarial. Outro ponto essencial diz respeito aos investimentos públicos, na indústria de base e especialmente na geração de energia elétrica. Não adianta pensar em ampliar a produção se não tiver energia para movimentar as fábricas. Tem ainda o problema do déficit público. Se ele não for eliminado, não há nenhuma dúvida de que a inflação voltará. A inflação voltando, ninguém sabe o que será da economia.

Agora, vamos entrar no aspecto político. Não se sabe ainda qual vai ser o posicionamento da Constituinte em relação à livre empresa. Também não é possível prever até que ponto irá se permitir a intervenção do Estado na economia. O conjunto de tudo isso faz com que os empresários tenham receios de fazer planos para dois ou três anos. Isso não quer dizer, contudo, que as empresas não estejam investindo no aumento da

Pela primeira vez o país terá uma Constituição que irá partir do nada”

capacidade atual de suas fábricas e que terminem os investimentos que começaram a realizar.

JB: Como advogado de muitas empresas estrangeiras, o Senhor poderia nos dizer qual é o temor deles com relação às mudanças constitucionais? Eles temem alterações na Lei de Remessas de Lucros?

GV: Não. Os estrangeiros têm o mesmo receio que os empresários brasileiros. Acrescente-se apenas a questão da reserva de mercado a nacionalização de certos segmentos da economia. Fora isso, eles estão preocupados em saber qual o tratamento que será dispensado ao capital estrangeiro. O problema da remessa de lucros não é o principal. Mesmo porque, todos acham que este assunto é tratado por uma lei específica. A nova constituição não irá se deter nesse particular. Portanto, eles querem definir melhor quais os campos para onde o capital estrangeiro poderá vir ou não. Fala-se, por exemplo, em nacionalização dos bancos. Restrições desse tipo poderão ser ampliadas para outras atividades. Este tipo de decisão é que perturba os empresários estrangeiros.

JB: Nesta altura dos acontecimentos esse tipo de dúvida não seria normal? A atitude do capital estrangeiro de conter os seus investimentos, neste momento, não estaria sendo precipitada?

GV: Não podemos esquecer que o capital estrangeiro tem muitas outras alternativas além do Brasil. Eles têm a grande vantagem de poder escolher os locais onde querem correr riscos. Para os estrangeiros, a discussão se os índices de remessa de lucros serão mantidos não é tão importante. O importante para eles é que existam regras fixas, determinadas, precisas e conhecidas. Como isso não está acontecendo eles pararam de investir.

JB: Então, o Senhor considera justo este temor?

GV: Considero. Só não sei se a palavra temor é a mais precisa. Todo o empresário, seja ele estrangeiro ou brasileiro, tem que conhecer o terreno onde irá investir o seu dinheiro. Gostaria de chamar isso de cautela.

JB: Mas o Senhor acredita, mesmo, que a nova constituição seria capaz de criar normas tão diferentes que viessem a inviabilizar os investimentos estrangeiros?

GV: Não acredito que pudessem inviabilizar. Mas poderão dificultar. Veja bem: o tratamento dado à empresa privada pela comissão Afonso Arinos é muito diferente do que existe na legislação atual. E ninguém sabe dizer se o caminho sugerido pela comissão será ou não aceito pelos novos congressistas.

JB: O Senhor acaba de citar a comissão Afonso Arinos. Ela preparou um projeto com mais de 400 artigos. A nova Constituição brasileira terá que ser tão abrangente?

GV: O grande erro do projeto da comissão Arinos foi ser muito detalhista. Uma constituição deve ter apenas regras gerais para que a legislação ordinária possa evoluir juntamente com os fatos econômicos e sociais. O que deve ser mudado ao longo dos anos é a legislação comum e não a constituição. Uma constituição detalhista demais sempre corre o risco de ser constantemente alterada. As constituições brasileiras, de maneira geral, têm dificuldade de permanecer durante muito tempo, justamente porque são detalhistas. Uma lei pode ser recomendável, hoje. Já, amanhã, pode ser incompatível com a realidade social. Por exemplo, se alguma constituição brasileira proibisse, em algum tempo, o monopólio estatal, a Petrobrás nunca teria existido. Foi uma lei comum que criou a Petrobrás, em 1953.

JB: O que realmente as empresas nacionais e estrangeiras gostariam de ver na nova constituição?

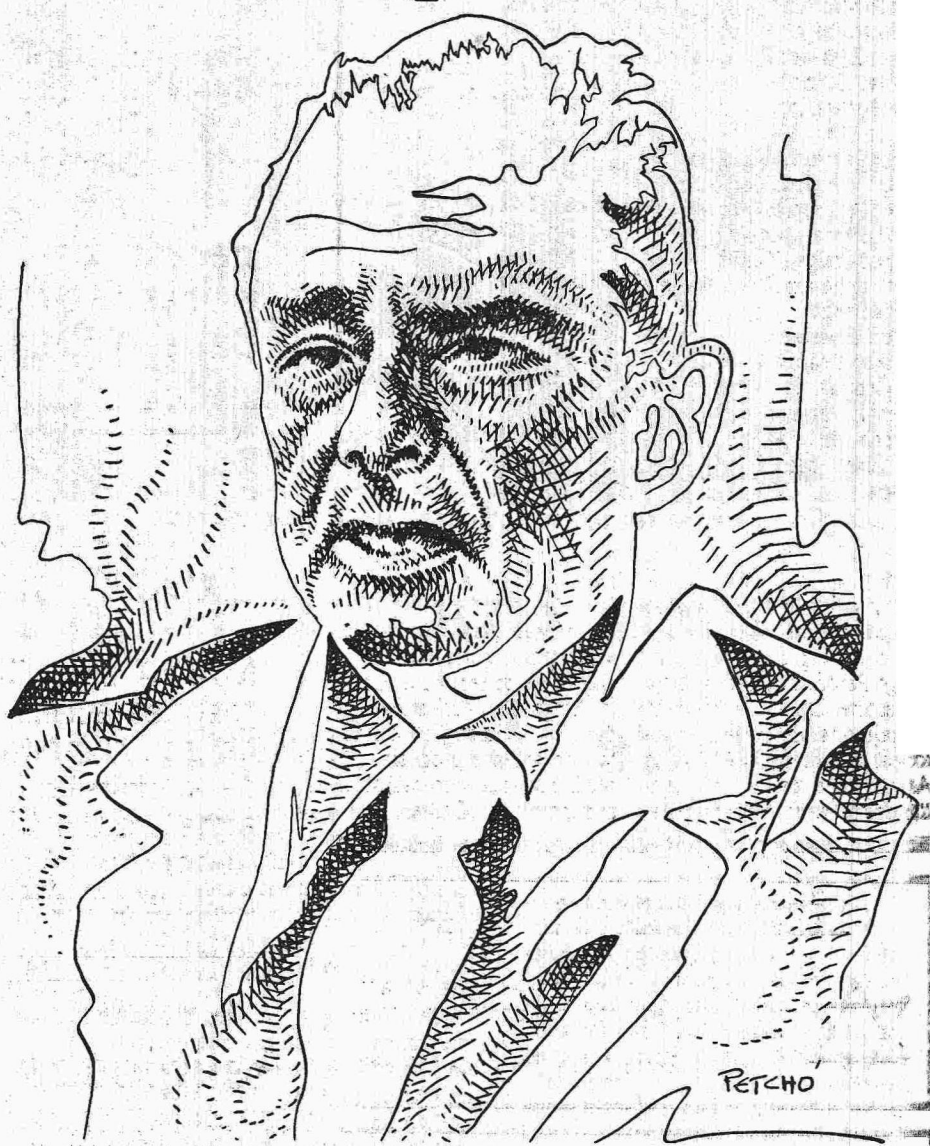
GV: Não sei. Poderia responder, talvez, o que as empresas nacionais e estrangeiras não gostariam de ver na constituição. Em síntese posso dizer que tanto umas quanto as outras não querem qualquer dispositivo que venha cercar suas atividades econômicas. Todas, também não querem dispositivos que obriguem o planejamento detalhado da economia brasileira. Em linhas gerais todos sonham com uma constituição que dispusesse que a intervenção do Estado só ocorra para corrigir erros e abusos de uma concorrência desleal e atos que fossem contrários aos interesses públicos. Ninguém quer o Estado como concorrente.

JB: O Senhor teme que a próxima Assembleia Nacional Constituinte venha a ter uma composição muito progressista?

GV: Não tenho a menor idéia. Acho que o PMDB vai ser o grande vencedor. Como o PMDB não tem coerência entre todos os membros (é formado tanto por gente de esquerda como de direita ou de centro) é difícil prever tendências. Tenho muita dificuldade para compreender o que irá ocorrer exatamente. Como a gente pode comparar, por exemplo, o PMDB de Miguel Arraes, em Pernambuco, com o PMDB do Quêrcia, em São Paulo? São mentalidades totalmente opostas. Temo é a velha tendência dos brasileiros de, ao mesmo tempo ser extremamente liberais com os direitos individuais e extremamente estatizantes com a questão econômica. Tem que haver liberdade em todos os sentidos, tanto no campo político-social, quanto no econômico. Não quero ser derrotista, mas tenho impressão que teremos uma constituição demasiadamente intervencionista no setor econômico.

JB: Este seria o motivo que levou muitos empresários a se candidatarem?

GV: Não. Mesmo porque o poder econô-



mico nestas eleições foi infinitamente menor que o poder da demagogia. Estou absolutamente convencido de que os empresários gostariam que realmente fosse eleito um Congresso que não cercasse a atividade econômica. Acredito, sim, que o empresariado depois de eleita a Assembleia Nacional Constituinte venha a fazer seu lobby. Não creio que esta UD... não sei o que (referência à UDR — União Democrática Ruralista) venha a fazer grande coisa. Eles dizem que vão eleger 50 deputados, mas para uma Assembleia de mais de 500, isso não significa nada.

JB: O Senhor está satisfeito com o nível de participação dos empresários na política?

“O racionamento é a maneira socialmente mais justa de corrigir as distorções do consumo”

GV: Isso é um problema. O político nunca recebeu bem o empresário. O melhor exemplo é o do Santiago Dantas que poderia ter sido um grande Primeiro Ministro, mas nunca foi absorvido pelos seus colegas políticos do PTB da época. Isso torna difícil a convivência do empresário no Congresso. Eu vi isso, exercia o mandato de Senador.

JB: Passada as eleições, que modificações o Senhor está esperando para a área econômica?

GV: Tem muita gente torcendo para que o Plano Cruzado não dê certo. Mas ele tem que dar certo. Todos os esforços possíveis, mesmo os impossíveis, devem ser feitos. As pessoas que estão contra o Plano não apresentam qualquer idéia para substituí-lo, nem para alterá-lo, nem tampouco para corrigi-lo. Não conheço nenhum plano, nem nenhuma medida que possa ser tomada para salvar a nossa economia, a nossa liberdade e as nossas instituições democráticas se o Plano Cruzado fracassar. Se a inflação desordenada voltar e se for tentado implantar novamente a correção monetária, nesta hipótese, será o caos econômico e social.

JB: Mas o Senhor não enumerou as dificuldades que o governo deverá enfrentar...

GV: Então vamos lá. Inicialmente o governo terá que equilibrar a produção com a demanda. Reduzir, ao máximo, e eliminar, se possível, o déficit das empresas estatais recuperáveis e vender ou fechar as irrecuperáveis. Suprimir gradativamente com coragem e energia o subsídio

ao trigo. Neste particular, o grande problema é o reflexo desta supressão sobre o preço do pão e principalmente das massas alimentícias, já que estas são alimentos das classes mais pobres. Realizar investimentos públicos é absolutamente necessário, especialmente, na área de energia.

JB: E, o “gatilho” salarial deve ser esquecido como sugeriu o ministro da Fazenda?

GV: O “gatilho” deve ser acionado. Provavelmente no primeiro trimestre do próximo ano. Este fato, será de longe, o mais difícil a ser administrado pelo governo.

JB: O Senhor não falou no congelamento de preços. Isso não o preocupa também?

GV: Sou favorável ao congelamento de preços. Acho, porém, que já está chegando a hora de o governo fazer os ajustes daqueles preços que foram pegos no contrapé, que estavam defasados, em fevereiro passado. Temo que uma liberalização dos preços faça explodir os índices inflacionários. A estabilidade política está absolutamente ligada à estabilidade dos preços.

JB: Os empresários, no discurso, sempre defendem o Cruzado, mas, na prática, cobram ágio, que é a forma mais perversa de boicotar o Plano...

GV: Na minha empresa, isto não existe. Agora, vocês têm razão. Mas temos que levar em conta que o ágio é uma consequência do crescimento excepcional do consumo. É lógico que, se existem 90 mercadorias para 100 compradores, deixarão de qualquer forma sem poder comprar. A seleção tem que ser feita de qualquer maneira. E o ágio é uma forma de seleção, embora errada. Só existe uma forma de acabar com isso.

JB: Qual é?

GV: O racionamento.

JB: Mas o Senhor é favorável ao racionamento?

GV: Socialmente, é a maneira mais justa de corrigir as distorções do consumo. Com a liberdade dos preços, quem tem mais compra mais. Com o congelamento, quem tem mais paga ágio. Com o racionamento, o governo interfere e distribui o pouco que tem para todos de uma maneira mais equilibrada. Se não quiser criar mais tensões, o governo deveria partir para o realinhamento dos preços e o racionamento das mercadorias cuja produção não consegue atender a demanda.

JB: A maioria dos empresários reivindica o descongelamento dos preços. Pelo visto, o senhor não se inclui entre eles?

GV: Não. Para mim, o descongelamento só seria viável nos casos em que a produção estivesse atendendo plenamente a demanda. Fora desses casos só o racionamento.